

É preciso mudar para crescer

No momento em que o país discute os caminhos para o crescimento e em que o presidente Lula cobra de seus ministros propostas mais ousadas para o Brasil alcançar esse crescimento, o *JE* trata o assunto sob a mira de três pensadores da atualidade brasileira: os economistas João Sicsú e Reinaldo Gonçalves, mais o cientista político Emir Sader. Todos têm em comum a mesma convicção: não é possível um crescimento sustentado e de longo prazo se o país não romper com o modelo econômico que, na essência, mantém-se neoliberal. Sader propõe que a alternativa seja não somente antineoliberal, mas pós-neoliberalismo. **3, 8 e 11**



15

Orçamento do Rio para 2007: cultura de menos

6

Reforma da Previdência: os desacertos no Chile e Argentina

editorial

Para crescer tem que mudar

Um dos grandes temas do momento, realçado ainda mais a partir do segundo turno da eleição presidencial, é o crescimento da economia brasileira. Há, pelo menos, duas décadas patinando entre a recessão, a estagnação e pequenos piques de crescimento, conhecidos como “vão da galinha”, a economia brasileira está no centro do debate nacional. Afinal, como crescer?

Este tema está no foco desta edição, com a contribuição de três pensadores e analistas da vida econômica e política do país. O economista e professor João Sicsú, da UFRJ, trata de uma macroeconomia para o desenvolvimento, observando que não é possível crescer, de forma sustentada e prolongada, se o país não se livrar do modelo neoliberal que, na essência, ainda é a marca da gestão econômica atual.

As impressões digitais desta gestão estão nos juros altos, que provocam danos e inibições ao setor produtivo, com os ganhos sendo monopolizados pelo sistema financeiro. São os bancos, ainda, os que detêm e obtêm os melhores resultados na economia brasileira. Outra marca da gestão neoliberal está na vulnerabilidade externa, que ainda é grande e real, conforme avalia o também professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Reinaldo Gonçalves.

Ele desenvolve o conceito de “hiato de poder”, que é a relação entre o poder potencial de um país mediante o seu poder efetivo. “Somos o quinto país com maior poder potencial do mundo e, em compensação, somos o 17º mais vulnerável do mundo”, diz Reinaldo. Esta diferença é o hiato de poder. Ou seja, “o Brasil podia ser o quinto país mais importante do mundo; o problema é que ele não é”. Inevitável não lembrar Manuel Bandeira: uma vida inteira que poderia ter sido e que não foi.

O terceiro pensador é um condenado pela justiça de São Paulo, o cientista político Emir Sader. A sentença de sua condenação, em primeira instância, provocou protestos em todo o país. Ele é o entrevistado desta edição do *JE* e avalia que, mais do que ser antineoliberal, está na hora de pensar no pós-neoliberalismo. Um convite e tanto, não?

Uma boa leitura. Na próxima edição tem mais.

SUMÁRIO

3 João Sicsú
É preciso mudar para crescer

6 Ariane Barbosa de Oliveira
**Reforma da Previdência:
os maus exemplos do Chile e Argentina**



8 Entrevista - Emir Sader
**É hora de pensar no
pós-neoliberalismo**

11 Reinaldo Gonçalves
Não se faz desenvolvimento com retórica

15 Fórum Popular do Orçamento
**Orçamento do Rio para 2007:
cultura terá menos 60%**

16 Mestrado em Economia:
curso da Anpec começa em janeiro
30 anos de CPDA na Rural

ERRATA - Na página 11 da edição passada, estão erradas as informações contidas na apresentação do artigo "Compras governamentais: disputa de mercado". O correto é que o texto tem por base tanto a monografia de graduação quanto a dissertação de mestrado do autor. A primeira venceu o XV Prêmio de Monografia do Corecon RJ e a segunda foi menção honrosa no XIII Prêmio Brasil de Economia. Aos leitores e ao autor as nossas desculpas.

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 9h às 10h30min, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz.

JE JORNAL DOS
ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rogério da Silva Rocha e Ruth Espinola Soriano de Mello • **Editor:** Nilo Sérgio Gomes • **Reportagem:** Rebecca Ramos • **Ilustração:** Aliedo • **Caricaturista:** Cássio Loredano • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21) 2462-4885 • **Fotolito e Impressão:** Tipológica • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900
Telefax: (21) 2103-0178 ramal 22 • **Correio eletrônico:** corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: http://www.corecon-rj.org.br

Presidente: João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Paulo Sergio Souto
Conselheiros Efetivos: 1º terço (2005-2007): Reinaldo Gonçalves, João Paulo de Almeida Magalhães, Ruth Espinola Soriano de Souza – 2º terço (2006-2008): Gilberto Caputo Santos, Antonio Melki Junior, Paulo Sergio Souto – 3º terço (2004-2006): Carlos Henrique Ti-

biricá Miranda, José Antonio Lutterbach Soares, Renata Leite Pinto do Nascimento • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2005-2007): Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Arthur Camara Cardozo, Carlos Eduardo Frickman Young – 2º terço (2006-2008): Antônio Augusto de Albuquerque Soares, Edson Peterli Guimarães, José Fausto Ferreira – 3º terço (2004-2006): Angela Maria de Lemos Gelli, Jorge de Oliveira Camargo, Rogério da Silva Rocha.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – Gr. 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535
Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascotto da Rocha • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto da Rocha • **Secretários de Assuntos Institucionais:** André Luiz Silva de Souza e José Antônio Lutterbach Soares • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Abrahão Oigman, Antônio Melki Júnior, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, Paulo Sergio Souto, Ronaldo Raemy Rangel e Sandra Maria Carvalho de Souza • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiricá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Diretores de Relações Sindicais:** Ademir Figueiredo, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, José Fausto Ferreira, Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda e Regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** Antônio Augusto Albuquerque Costa, Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.



CED - CENTRO DE ESTUDOS
PARA O DESENVOLVIMENTO

Pensando o Brasil

**Uma Macroeconomia
para o
Desenvolvimento**

É preciso mudar para crescer



O texto a seguir é um resumo editado da palestra do professor e economista João Sicsú, durante o seminário **Pensando o Brasil**, promovido por diversas entidades do movimento social, entre as quais, o **Corecon-RJ**, o **Sindicato dos Economistas** e o **Centro de Estudos para o Desenvolvimento**.

■ João Sicsú
Economista e professor da UFRJ.

O tema realmente é bastante instigante. É um tema de discussão central que deveria fazer parte da campanha eleitoral presidencial. A questão fundamental é quem quer mudar o Brasil e quem não quer. Não há a menor dúvida que esta mudança passa pela mudança do modelo econômico. Qualquer outra iniciativa, outra política, será sempre complementar, mas não será a central da mudança, pois ela passa pela mudança do modelo.

Mudança em quê, exatamente? São mudanças relativamente simples, que o Brasil precisa; ele não precisa ser virado de cabeça para baixo. Mas são mudanças que oferecem muita resistência, embora sejam simples. Isso faz parte da cultura que foi criada em torno da necessidade de se manter as coisas

como estão. A principal mudança, eu diria, ou pelo menos a mudança inicial, eu não tenho a menor dúvida que é a redução da taxa de juros. O Brasil tem uma taxa de juros, hoje, o dobro da média dos países em desenvolvimento e chegou a esses patamares de taxa de juros através de um mecanismo simples, que são as reuniões do Comitê de Política Monetária, o Copom.

Taxa de juros elevada faz mal à sociedade em vários aspectos. Faz mal ao governo porque não tem recursos para investir, quando tem que pagar juros elevados sobre a dívida pública. Faz mal para o empresário que não investe na construção de uma fábrica, porque vale mais a pena ter um título público, uma aplicação no banco; e, portanto, ele não gera emprego. Uma taxa de juros alta dificulta a defesa do nosso balanço de pagamentos. Tivemos seis crises

cambiais e estamos novamente sujeitos a novas crises, por termos uma taxa de juros elevada. Então, esse é um aspecto que realmente merece um tratamento mais detalhado. Os outros são bastante conhecidos.

Os custos das altas taxas de juros

Se o governo gasta R\$ 150 bilhões por ano pagando juros, realmente não sobram recursos para fazer investimento público. Investimento em infra-estrutura está na ordem de 0,4%, 0,5% do PIB, ou seja, em torno de R\$ 7 bi. O governo gasta R\$ 6 bi, R\$ 7 bi por ano em infra-estrutura e paga R\$ 150 bi em taxa de juros! Gasta R\$ 15 bi em educação e paga R\$ 150 bi em taxa de juros etc. Temos que ter 10 anos de educação para ter um ano só de juros. Essa situação comprime o orçamento público e impede o governo de fazer investimento público. O que o governo gasta em infra-estrutura, se ele gastar isso por 20 anos equivale o que ele gastou em um ano somente pagando juros.

Não há a menor dúvida de que taxa alta de juros comprime o orçamento, impede a melhoria do bem-estar social, impede o governo de investir, de gerar empregos. Para os empresários também faz mal e acaba fazendo mal aos trabalhadores porque, obvia-



mente, com uma taxa de juros de 15% os empresários ficam na dúvida se devem comprar nova máquina, ou não. Em geral, a decisão é comprar papéis e ativos financeiros porque rendem e não há risco. Em uma fábrica, a rentabilidade não será tão alta. Então, isso impede a geração de emprego. Essa taxa de juros alta tem um custo do Banco Central ao comprar dólar. E aí entra a diferença entre a nossa taxa de juros e a taxa americana, e **com essa taxa que temos é muito caro para o BC formar reservas, um estoque de dólares significativo para enfrentar crises cambiais.**

Nós temos hoje, aproximadamente, US\$ 70, 80 bi em reservas. O Brasil quando teve a crise de 1998, iniciou o ano com US\$ 70 bi, US\$ 80 bi. Ao final do ano, já entrando na crise, tinha perdido US\$ 40 bi. Ou seja, hoje nós percebemos claramente que US\$ 70 bi são insuficientes e temos que pagar um custo muito elevado para carregar essas reservas. Nós pagamos a diferença entre a taxa de juros americana, em torno de 5%, e a taxa de juros brasileira, que está em torno de 15%. Pagamos 10% de juros para ter reservas.

Quanto que os países asiáticos, que formam muitas reservas, pagam? 1%, 0,5%. Eles podem formar reservas. O Brasil para acompanhar o ritmo asiático teria que ter, pelo menos, US\$ 700 bi de reservas, 10 vezes mais do que ele tinha antes da crise. Todos os países asiáticos multiplicaram, pelo menos, por oito, 10 e até mais, a sua quantidade de reserva. A Coreia quando entrou em crise cambial, em 1997 – a única que teve – tinha US\$ 25 bi e hoje ela tem US\$ 600 bi de reserva. O Brasil tinha US\$ 70 bi e continua com US\$ 70, 80 bi. Nossa fragilidade é muito grande, de não poder ter reservas porque

o custo é muito elevado. Taxa de juros alta faz mal ao governo, à sociedade, à defesa do balanço de pagamento, à formação de reservas que são necessárias.

A inflação dos preços administrados

Não vejo nenhum motivo para o Brasil ter uma taxa de juros tão alta, do ponto de vista econômico. Essa situação não é favorável aos trabalhadores, nem aos empresários; ela é extremamente favorável aos banqueiros. Só há essa explicação: na disputa pelo orçamento, os banqueiros têm saído vitoriosos. Não a explicação com base na contenção da inflação, ou seja, que é necessário ter uma taxa de juros de 15% para a nossa inflação ser baixa. A verdade é: a inflação que temos, nos últimos anos, ela é explicada basicamente pela existência de preços administrados, que são regidos por contratos ou por autorizações das três esferas governamentais, e esses preços crescem todos os anos o dobro do que crescem os preços livres. Isso é significativo, pois eles são chamados de administrados, mas na verdade esses é que são os livres, eles correm muito mais que os preços das prateleiras dos supermercados, shoppings etc.

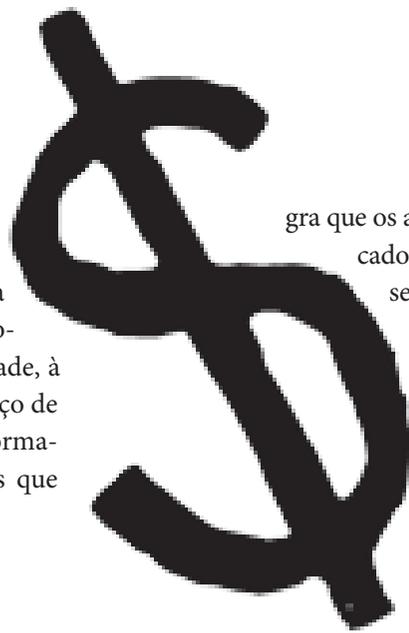
Ou seja, são as tarifas de água, luz, gasolina, transporte urbano. O que nós precisamos ter, na verdade, é uma política de administração dos preços administrados. Os preços administrados devem crescer, no máximo, o que crescem os livres. Nós queremos a metade da inflação que nós tivemos nos últimos anos. É possível estabelecer regras e vamos estabelecer para os preços administrados a mesma re-

gra que os admiradores do mercado pregam. Se houvesse, pelo menos, essa regra nós teríamos uma inflação bem mais baixa. Existem outras formas para manter os preços administrados sob controle. Por exemplo, ao pensarmos na Cide

sobre a gasolina, toda vez que a gasolina sobe, a Cide diminui, toda vez que cai o preço, a Cide aumenta. É variar o imposto. E mais: manter esses preços sob controle, mas sem tirar a capacidade de investimento das empresas que fornecem. Então, basta querer, ter vontade.

Para manter os preços administrados estáveis é preciso também fazer investimentos, gasto público. Normalmente, se pensa que inflação se controla cortando gastos, mas, na verdade, talvez seja preciso fazer investimento para manter os preços estáveis. Transporte público, por exemplo, basicamente no Rio de Janeiro e em São Paulo, tem os ônibus e a produtividade deles está caindo porque há muito engarrafamento. É preciso, então, investir em metrô, na infra-estrutura pública de alargamento de ruas, construção de viadutos. É preciso gastar para aumentar a produtividade dos transportes públicos para que os preços sejam mais estáveis.

Existem políticas de longo prazo para manter os preços estáveis: são as políticas de investimento e gasto público. E existem políticas de curto prazo como estabelecer uma simples regra para os preços administrados variarem de acordo com a variação dos preços livres. É preciso conjugar essa idéia de estabilidade com a contenção de preços. Não é preciso ter uma taxa de juros elevada para manter a inflação sob controle. Essa regra é um tiro no pé, pois mantém os preços estáveis,



mas é uma economia com desemprego. Ainda que nós pensássemos que vale a pena usar a taxa de juros, do ponto de vista social o custo de utilizar a taxa de juros para controlar os preços é muito alto, e é um instrumento muito perverso.

O terrorismo da “fuga de capitais”

Muitos dizem também que se reduzirmos a taxa de juros, os capitais que estão no Brasil vão sair do país, e isso causará enorme crise cambial. Primeiro, eu já tenho dúvida se eles vão sair do país, porque uma taxa de juros de 15% é muito alta; o Brasil é um grande negócio a 15%, 14%, a 13%, então, essa história é muito mais terrorismo de quem tem interesse em manter a taxa elevada, do que realidade. A taxa de juros estava em 26% e muita gente falava que se baixasse haveria problema. Baixou de 26% para 14,25% e os capitais ainda não saíram. O governo nunca testou um limite. Ora, com 7,5%, em média, os países em

desenvolvimento não têm fuga de capitais. Então, por que o país teria uma fuga tendo 7,5% como todos têm? Na verdade, 7,5% ainda é alto. Tem que baixar ainda mais a taxa de juros. É possível que, realmente, uma taxa de juros muito baixa leve a uma fuga de capitais, mas nós temos que ter o direito de determinar a nossa taxa de juros.

Não podemos aceitar a idéia que é o mercado que determina qual é a taxa de juros mínima. O mercado não pode se sobrepor às decisões públicas. Se o governo quer ter uma taxa de juros baixa, ele tem que tomar medidas que garantam que a sua decisão será cumprida, o que é simplesmente controlar o movimento de capitais, que não é uma proposta de esquerda, ou da direita, comunista, nem liberal. É uma proposta de quem quer ter autonomia para decidir a sua política econômica.

Como se faz isso? Isso também causaria turbulência, assustaria

muita gente? Eu diria que inicialmente causaria um susto, mas em todos os países em que o controle de capital foi adotado, inicialmente o fenômeno foi que a sociedade estranhou, mas todos esses países foram bem sucedidos. Se estabelecêssemos o controle de capitais, não estaríamos rompendo com nenhum contrato, nenhuma legislação estabelecida. Para controlar o capital é preciso impedir que brasileiros mandem livremente seus recursos que foram gerados aqui para fora. Não existe nenhuma lei, nenhuma regra de que as pessoas que geram recursos no Brasil podem mandar livremente seus recursos para fora. A vontade de indivíduos não pode se sobrepor às necessidades da sociedade.

Se este movimento de capitais de determinados indivíduos causa uma crise para toda a sociedade, vamos impedir que esses exerçam esse “direito”, porque eles esta-

riam colocando o país em crise. E não existe nenhuma lei que impeça isso. Ao contrário, a lei que vigora hoje é a 4131/62, que impede o movimento de capitais. O Banco Central, o Conselho Monetário Nacional (CMN) tomaram uma série de medidas jurídicas e com isso foram liberando este movimento de capitais. Mas a lei que foi aprovada no Congresso Nacional é a 4131/62, que não permite o movimento de capitais. Todo o drible foi dado por um grupo muito pequeno de pessoas, estabelecidas no BC e no CMN. Outro mecanismo é em relação à entrada de capitais. Eles vêm vagarosamente, de forma distribuída, mas, ao sair, saem de uma vez só. Nós não precisamos mais desses capitais. Eles são uma bomba relógio: vêm para cá, se capitalizam com a alta taxa de juros e, depois, ao sair, saem em curto espaço de tempo, o que causa uma tremenda crise cambial.



Qual deve ser a taxa de câmbio?

Eu também acho que o país tem que dar muita atenção à taxa de câmbio. Temos hoje uma taxa de câmbio muito valorizada, que dificulta as exportações, basicamente de produtos manufaturados. Precisávamos ter uma taxa muito mais desvalorizada e estável, e não uma taxa valorizada, flutuante e volátil como a de agora. A nossa situação de agora é a pior de todas: ela é apreciada e volátil.

Precisamos ter um câmbio desvalorizado e como se sai da situação de um câmbio valorizado para o desvalorizado? Isso é um grave problema. Qual é a experiência hoje dos países asiáticos? Eles utilizaram a taxa de câmbio que foi oferecida por uma crise cambial. A crise desvalorizou o câmbio e eles fixaram, no caso da Malásia, e estabilizaram, no caso da Coreia, a taxa em um patamar desvalorizado. Ou seja, os capitais fugiram, provocaram a desvalorização, e eles sofreram todas as conseqüências de uma crise, mas trouxeram para o presente o que a crise ofereceu de bom: uma taxa de câmbio desvalorizada. Nós estamos com todas as variáveis fora do lugar. Precisamos baixar a taxa de juros, ter um câmbio desvalorizado e com uma taxa de juros baixa teremos um orçamento mais liberado para investir em educação, transferência de tecnologia e investimento em infra-estrutura.

Temos, portanto, que ter uma política de juros para determinados setores e regiões, para a realização de investimentos. Bancos de desenvolvimento têm objetivos públicos e as taxas atuais dos nossos bancos de desenvolvimento são muito altas. Os empréstimos são concedidos a uma taxa superior a 10% e os bancos acabam com lucros extremamente elevados. O objetivo desses bancos é público, é desenvolver e não ter lucro. Precisamos de uma política

de desenvolvimento de certos setores e regiões, baseada em taxa de juros baixas, com empréstimos concedidos por bancos públicos de desenvolvimento.

Além disso, o quadro da pauta de exportações brasileiras é caótico, embora seja elogiado. Mais de 50% dela são produtos primários; 20% são de produtos semi-manufaturados e só 25% são de manufaturados. É preciso alterar a composição desta pauta por dois motivos: os produtos semi-manufaturados e os produtos básicos têm seus preços muito oscilantes. Ou seja, apoiar o desenvolvimento na exportação de produtos que dependem da demanda internacional é se apoiar em algo muito frágil. Temos que nos apoiarmos em produtos que têm valor agregado e estabilidade de preços ao longo do tempo.

Leia mais palestra do CED na página 11.

Prêmio de Monografia Celso Furtado

Reforma da Previdência

Os maus exemplos do Chile e da Argentina

O texto a seguir é um resumo da monografia apresentada no Instituto de Economia da UFRJ, vencedora do Prêmio de Monografia Celso Furtado de 2006, promovido pelo Corecon-RJ. A autora, Ariane Barbosa de Oliveira, analisa os resultados das reformas implantadas no Chile e na Argentina, concluindo que elas não alcançaram o que pretendiam e, pelo contrário, reduziram benefícios e cobertura à população idosa. Um bom exemplo para o Brasil, onde a Previdência foi tema da última campanha eleitoral. Em seu texto, ela conclui que ainda é o Brasil o que melhor bem-estar e seguridade social proporciona à sua população, através do maior sistema público previdenciário existente na América Latina.

■ Ariane Barbosa de Oliveira
Economista

Os modelos de Bem-Estar Social avançaram no século XX, devido à necessidade de proteger a população contra o avanço do socialismo. Tanto os países desenvolvidos como os países em desenvolvimento promoveram a criação e a expansão de sistemas de proteção social, seguindo desenhos próprios.

A partir dos anos 80, iniciou-se a discussão sobre o futuro dos sistemas de proteção social. A corrente que defende a reforma radical atribui a necessidade de mudança à nova realidade sócio-econômica, que está expressa na precarização do mercado do trabalho, nas dificuldades financeiras enfrentadas pelo Welfare State, no

aumento do número de pessoas dependentes de benefícios não contributivos e ainda nas idéias liberais de que o Estado não deve atuar na regulação do mercado de trabalho e da proteção social.

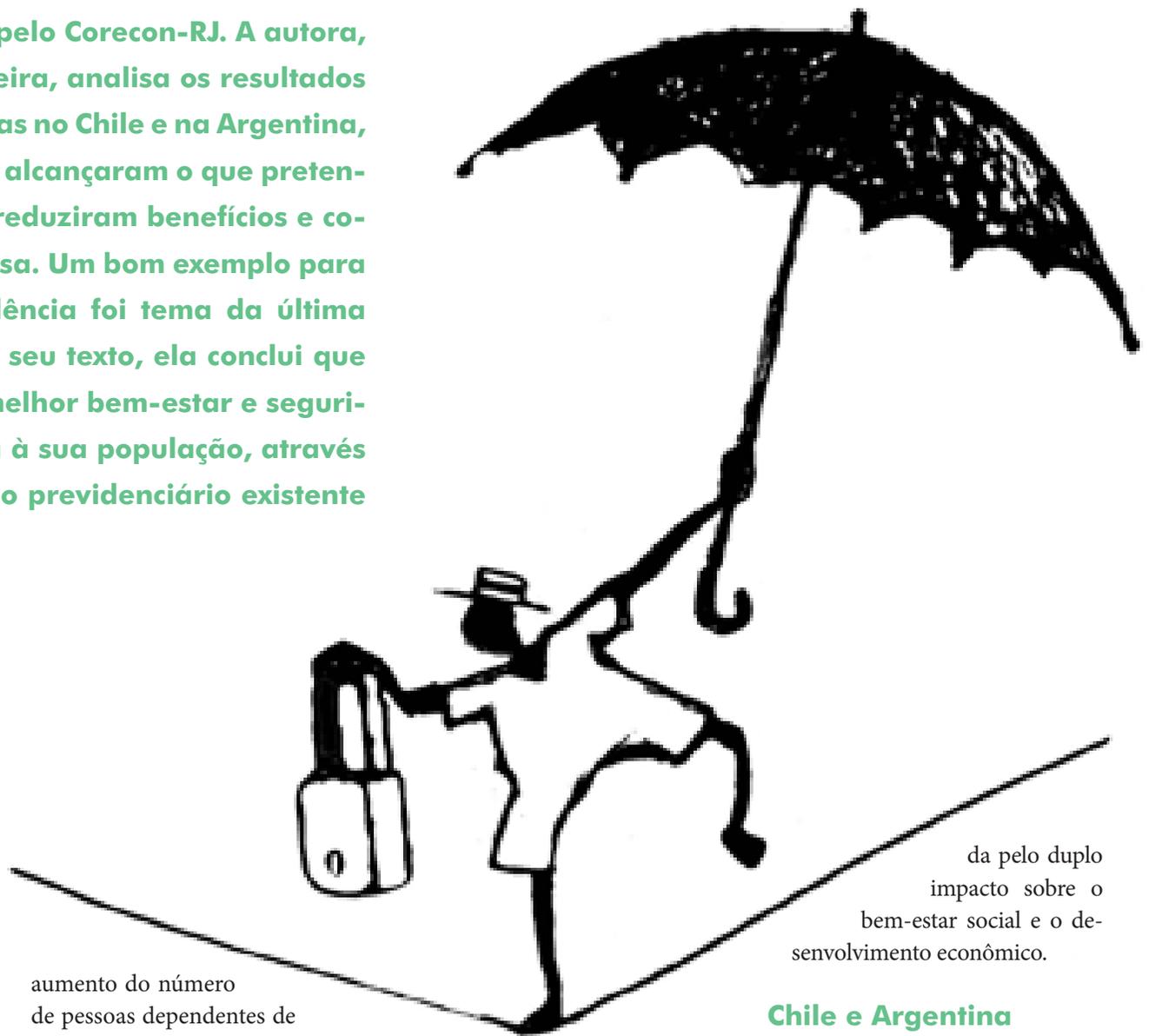
As reformas previdenciárias realizadas no final do século XX e início do XXI emergem desse cenário e preconizam a privatização, com a justificativa de que, constituído sob

o formato de três pilares, poder-se-ia atingir a principal função de um sistema previdenciário misto: oferecer um mecanismo de garantia de uma renda de subsistência para a camada mais pobre da população; e um mecanismo de poupança para a camada mais abastada. A eficiência desses mecanismos seria avalia-

da pelo duplo impacto sobre o bem-estar social e o desenvolvimento econômico.

Chile e Argentina

A reforma da Previdência foi apontada como ferramenta para resolver o equilíbrio das contas públicas e a recuperação das economias dos países da América Latina. Analisaremos a reforma realizada por três países: Chile, Argentina e Brasil, pois esses são exemplos dos diferentes modelos realizados.





O Chile foi o pioneiro na condução da reforma, em 1981, realizando a privatização da Previdência, como era proposto por grande parte das teorias econômicas vigentes. A Argentina realizou sua reforma em 1994, através de um sistema misto, e o Brasil, que iniciou sua reforma em 1998 e ainda não a concluiu, manteve seu sistema na esfera pública, adotando medidas que contribuíssem para o aumento da arrecadação previdenciária e redução no volume de benefícios pagos, contrariando a onda liberalista.

Porém, as conseqüências obtidas no Chile e na Argentina, países que privatizaram ao menos parcialmente seu sistema previdenciário, não foram as mesmas previstas pelos estudiosos que defendem as reformas estruturais. No Chile, como a mudança foi implementada anteriormente, já podemos obter alguns resultados quanto aos benefícios pagos e à cobertura. Os benefícios após a reforma sofreram reduções se comparados aos do antigo regime. Um indivíduo que transferiu suas contribuições para as contas de capitalização individual recebe hoje até 45% menos do que receberia, se mantivesse o pagamento no regime

público. A cobertura sofreu redução de 35%. Portanto, quanto ao objetivo de oferecer maior proteção à população idosa o novo modelo falhou.

Na Argentina, o Governo arcou com o aumento de 218% da dívida pública. Crescimento este ocorrido devido aos custos de transição para o novo regime previdenciário, que resultaram na elevação da taxa de juros. A tese de que a poupança previdenciária seria destinada ao desenvolvimento do mercado de capitais foi desmontada na Argentina, uma vez que os altos juros pagos pelos títulos públicos incentivaram as Administradora de Fundos de Aposentadoria e Pensão (AFJP) a aplicar aí seus recursos. Em torno de 70% dos fundos das AFJP financiavam o déficit público, que foi gerado, em grande parte, pela reforma da Previdência. Não foi registrado aumento da poupança interna. Para cobrir o déficit, o Estado teve que se endividar arcando com taxas de juros crescentes. Portanto, quanto ao objetivo de gerar impacto positivo para a economia, favorecendo a estabilidade, o novo regime falhou ou pelo menos não foi suficiente.

Brasil: maior sistema da A. Latina

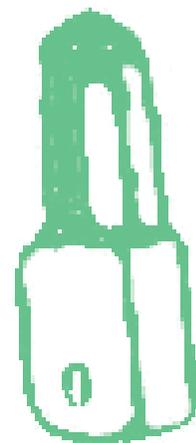
A Previdência Social brasileira ainda é o maior sistema de seguro social da América Latina, possuindo a maior cobertura tanto urbana quanto rural, principalmente, depois da Constituição de 1988, quando assumiu características de Seguridade Social, ao incorporar programas de base universal. Esse sistema oferece benefícios assistenciais para uma relevante parcela da população que não é segurada. Esses benefícios, com destaque pa-

ra a aposentadoria rural, são hoje a principal (ou única) fonte de renda para um grande número de famílias de baixa renda, sobretudo no campo.

Nas cidades, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) para idosos carentes e portadores de deficiência também tem impacto redistributivo extraordinário na redução da pobreza. Portanto, é fundamental considerar a redistribuição de renda como característica do sistema previdenciário brasileiro, no momento de realizar mudanças. As novas regras propostas na última reforma buscaram atingir o objetivo de sanear as contas da Previdência, através do crescimento dos fundos de pensão, a partir de modificações no regime dos servidores públicos, que são

muito atrativas para o setor privado, como forma de captar poupança para a obtenção de uma renda na aposentadoria.

A Reforma Previdenciária não pode ser vista isoladamente. Deve-se retomar a perspectiva da Seguridade Social, que tem como intenção a construção de um sistema de proteção social, que garanta a cidadania para os que não têm possibilidade de incorporação pelo mercado. E assim abandonar a perspectiva do seguro, em que só recebe aquele que contribui diretamente.



Os MBAs da POLI/UFRJ estão na Barra. Associados ao CORECON têm 10% de desconto no investimento e 50% na matrícula. Dê mais peso ao seu currículo! Matrículas abertas para 2007, consulte-nos.



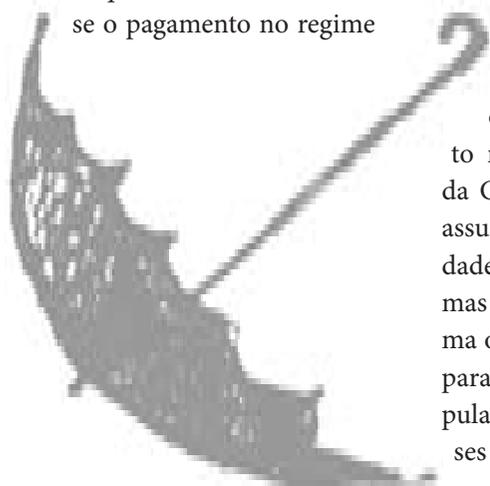
Universidade Federal
do Rio de Janeiro
Escola Politécnica



- Gestão de Finanças (Executive MBA)
- Gestão Empresarial (Executive MBA)
- Gestão em Marketing (Executive MBA)
- Gestão Ambiental (Pós-Graduação)
- T. I. Meio ambiente Petróleo e Gás
- T. I. Saúde
- Engenharia de Software (MBA)

iaex

2498-1361
www.iaex.com.br



Entrevista Emir Sader - professor

É hora de pensar no pós-neoliberalismo



JE – O que é possível visualizar em termos da América do Sul, com sucessivas eleições de presidentes mais identificados com o chamado campo popular?

Emir Sader – Nunca houve na história da América Latina uma quantidade tão grande de governos progressistas, e digo progressistas os que não estão na linha de assinar tratado de livre comércio com os EUA, e que estão se integrando de uma maneira mais profunda, no processo de integração regional. A luta hoje não está mais só neste plano, mas também em sair do mode-

lo neoliberal e romper com a hegemonia imperial norte-americana. Eu diria que o poder mundial, hoje, se articula em torno do monopólio das armas, do dinheiro e da palavra. Evidentemente, que há governos que não romperam com o modelo neoliberal, que é o caso brasileiro, uruguaio e o argentino, mas este não é o único critério para julgar. Na sua inserção internacional, esses governos estão em processo de integração regional, que objetivamente contribui para um mundo

para o surgimento de tantos governos mais identificados com os interesses populares, nacionais e de integração regional da América do Sul. Condenado pela Justiça de São Paulo por um artigo que escreveu, apontando o racismo presente em um discurso do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), ele recorreu da sentença, que provocou ondas de protestos e um manifesto assinado por intelectuais, artistas, políticos e militantes dos movimentos sociais. Em razão da extensão da entrevista, a publicamos em duas partes, neste e no próximo número.

multipolar, ao contrário do que vinha sendo adotado no tratado de livre comércio, onde Chile, Colômbia, Peru e boa parte dos países da América Central estão com seus destinos hipotecados a uma linha, não só na inserção internacional, mas com conseqüências gravíssimas em termos internos, de compromissos com a integração subordinada aos EUA.

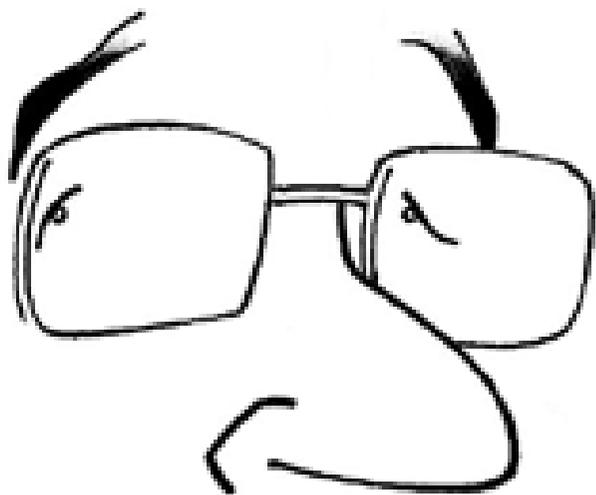
Contudo, não podemos nos enganar em relação ao que significa esta maioria de governos, porque não há um grande impulso de lutas de massas na América Latina, por trás disso.

JE – O que há, então?

Sader – Acho que há uma combinação de três elementos. Primeiro, o esgotamento do modelo neoliberal, que derruba a legitimidade e a qualidade de governos tradicionais da direita e tende a impulsionar para políticas sociais. Segun-

do, a política isolacionista de Bush. Os EUA perderam a capacidade de aliança no continente, o que também deixa um espaço de articulação de âmbito regional. E, em terceiro, a força do movimento social, maior em alguns lugares, menor em outros. Não se pode dizer que seja uma ascensão de luta de massas, pressionando no continente. Talvez, a Bolívia e o Equador sejam os que mais tiveram este protagonismo, mas nada que justificasse essa quantidade de governos. Então, é uma crise hegemônica e esses governos se inserem nesta crise e têm de alguma maneira de resolver ou surfar na crise, polarizando contra a direita tradicional.

A perspectiva mais favorável que pode haver é a partir do ingresso da Venezuela no Mercosul, que dá um dinamismo no processo de integração regional. E, aí, tem propostas de integração de caráter social, político, tem o Parlamento do



Mercosul, a criação da moeda única, a integração tecnológica, coisas deste tipo. Pode-se eventualmente avançar no gasoduto continental, e com a reeleição provável de Hugo Chávez, de Kirchner e a reeleição de Lula, há uma certa lua de mel, um impulso, uma vontade, uma decisão de integração. O que mais pode melhorar é avançar no processo de integração continental, pelo menos por uns três anos para adiante. Isso vai desenhar uma América do Sul diferente do que ela foi até aqui.

JE – Nesta perspectiva, como avalia o papel do Brasil e, em especial, do Governo Lula?

Sader – Havia dentro do governo um conflito forte na opção entre o Mercosul ou a Alca. Acho que foi o dinamismo do Itamaraty, de um lado, e, de outro, a incompetência norte-americana, que acabou favorecendo a vitória do setor que não era politicamente hegemônico, que é o Itamaraty, com relação à equipe econômica. Acabou pela via dos fatos se resolvendo com o enfraquecimento deste setor, não só pelo abandono da Alca, mas pela saída do Palocci. Isto abre um espaço mais favorável, com a presença do Guido Mantega e o BNDES com uma linha de financiamento para projetos sul-americanos etc. Acho também que a tradicional qualificação da política externa brasileira ficou para trás; e o dinamismo da política externa venezuelana passou de galope. A qualidade de propostas que eles têm, em termos de Petrosul, Telesul, isso é de um dinamismo, até pela concepção política que eles têm de integração.

O nacionalismo hoje não é um nacionalismo estreito, é integrador, então, acho que o Brasil está ficando para trás nisso e o Brasil compete, de alguma maneira, com o seu poderio econômico, financiando projetos de integração, abrindo crédito etc.

A entrada da Venezuela é um detonante importante para o Brasil dar um salto, se reciclar, e acho que a crise boliviana mostrou isso, foi um momento importante de questionamento e se o Brasil tivesse capitulado, em termos da atitude com a Bolívia, aí seria uma regressão grave. A questão não está totalmente resolvida, mas, pelo menos do ponto de vista do Lula, acabou prevalecendo a solidariedade política. O sucesso da política exterior cativou Lula, a projeção internacional dele, então, é um dado que, penso, ele preza muito. E a atitude em relação à Bolívia foi significativa, uma postura mais favorável. Agora é que vai se colocar o desafio de saber se o Brasil vai estar à altura disso ou não. O Chávez fala abertamente de um projeto de integração social, política etc. Claro que ele tem condições que o Brasil não têm; a PDVSA é estatal, governamental, o que a Petrobras não é. Mas, agora é que está colocado o desafio. Eu quero crer que não haverá mais focos de resistências dentro do governo. A política exportadora que o governo tem seguido não é incompatível com a integração latino-americana, e

multiplicou o comércio do Brasil com os países da região, o que demonstra que há uma margem de jogo, margem que não têm os países da América Central, digamos, e outros países menores, com relação a se pensar em mercado comum, diminuindo a importância do mercado norte-americano. A vitória dos democratas nos EUA acentua o protecionismo americano, favorecendo a manutenção de uma área de manobra da política externa brasileira.

JE – Explica melhor: ao mesmo tempo em que não há uma ascensão dos movimentos de massas, são eles um dos fatores para tantos governos progressistas na América do Sul.

Sader – O movimento social foi basicamente quem peitou as políticas neoliberais, e os marginalizados foram atrás. Mas o movimento social se coloca como incapaz de resolver a crise de hegemonia. O Equador é um exemplo, pois chegaram três vezes à porta do palácio, delegaram e foram traídos. Mesma coisa os zapatistas; digamos que não dá para ter a emancipação de Chiapas sem uma luta democrática e radical no México. Igualmente os piqueteiros argentinos: lançar a idéia de que “se vayan todos” é confusão, pois, derrubam-se as alternativas e com esta linha quase que ganhou o Menem. Por isso, a Bolívia é tão importante. Os movimentos sociais se organizaram, usaram todas as formas de lutas, formas de sublevação, greve de fome, invasões, distintas formas de enfrentamento até uma linha institucional. Então, aponta um caminho e o movimento social constrói uma alternativa política. Ganhando, se terá a refundação do Estado. Seria o melhor modelo possível: usar todas as formas de luta, desembocar numa saída política e, chegando lá, tenta recolocar os termos do exer-

cício de poder. A outra alternativa é problemática, a de grandes explosões, crises sociais e políticas que não tenham um desembocadouro político e acabem refluindo. O México é típico, com a questão do Lopez Obrador. Não dá para se fazer um poder dual, é uma luta eleitoral; não se tinha consciência para isso, mas foi uma grande mobilização e depois não teve aonde chegar, então vai refluir. São grandes explosões institucionais, sociais etc. que se não encontram uma saída política vão refluir, partindo do pressuposto de que as saídas insurrecionais, hoje, não se suportam. Seria uma boa saída, mas, hoje em dia, qualquer militarização do conflito, pela relação de força brutalmente desproporcional, geraria um massacre. Tem que se encontrar saídas políticas. Insurrecionais também, se conseguem um momento de enfrentamento militar. Aconteceu na Venezuela contornar esta questão por um problema muito específico, um movimento interno das Forças Armadas, ou seja, não dá para repetir. Então, tem que se combinar formas de lutas e saídas que passem pelo marco político-institucional, mesmo que seja para depois reformular os termos do exercício de poder, como faz a Bolívia.

Acho que este é o momento em que os movimentos sociais têm que enfrentar a questão política. O próprio Fórum Social Mundial está girando em falso, em grande parte por isso, porque aparentemente passou pelo Fórum da Venezuela sem ter incorporado o tema da disputa hegemônica. Fica com a idéia da resistência da sociedade civil, que é a linha das ONGs. Elas estão numa linha intermínua de sociedade civil, sociedade civil..., se valem do fracasso do Governo Lula como alternativa ao neoliberalismo para

reforçar a idéia de que a política não serve, desqualificam a política etc.

JE – Mas de alguma maneira, o sucesso do Lula e do PT foi calçado numa articulação muito rica dos movimentos sociais em prol de uma nova ordem oposta à liberal. De alguma maneira podemos dizer que foi o processo ideal de ascensão e de chegada ao governo. Por que, em seu ponto de vista, o primeiro mandato frustrou as expectativas de mudança?

Sader – Acho que não foi a passagem de oposição a governo. Isso foi um processo ideológico de transformação que o PT foi sofrendo, especialmente, a partir de 94. Acho que o tema da governabilidade foi se colocando aí mais fortemente para o PT. Quando se aponta para a questão da dívida, pode até ser que não tenha, estruturalmente, uma importância tão essencial, mas ela sempre foi uma questão ideológica muito expressiva, da postura ideológica de ruptura ou não. E houve uma evolução em relação à questão do pagamento da dívida, até desembocar na Carta aos Brasileiros. Foi uma evolução ou involução ao longo do tempo, em que o PT foi se adequando às condições de governabilidade e houve um momento específico, que foi a campanha de 2002, em que o ataque especulativo foi efetivo e real. **O Lula não era favorito, não chegou a despontar em primeiro lugar, e até a Carta aos Brasileiros esteve atrás da Roseana Sarney.** Tudo levava à idéia de vitória do Ciro Gomes, que pregava expressamente o que o Lula está fazendo: manter o modelo e fazer a política social, que era mais ou menos o consenso naquele momento. Prezava-se, fortemen-

te, a estabilidade monetária, mas se queria a política social que Fernando Henrique não tinha feito. Com a Carta aos Brasileiros, se deu uma confluência. O modelo original do programa do PT era de saída suave do neoliberalismo, gradual, produtivista. Era capital produtivo contra capital especulativo, e aí houve o salto, houve o compromisso efetivo com o capital financeiro, representado na Carta aos Brasileiros, capital financeiro que era quem estava chantageando, naquele momento.



Teve toda uma transição, em que se disse que a manutenção do modelo era por causa da herança maldita, até depois a idéia de que, não, este é o melhor modelo, dá para fazer política social. Há uma conversão ideológica, mas antes houve uma mudança da composição social e da prática social do PT. Se a gente pegar o último congresso, em Recife, alguma coisa como 75% dos delegados não estão ligados à prática social. Não vou dizer que são burocratas, mas estão ligados a gabinetes, a governos, e a composi-

ção expressa claramente isso. Os pés do partido não estão na direção do movimento social. Não necessariamente estariam, mas tem que ter vínculos muito mais estruturais. Quem está no Partido pode não estar no movimento social, mas tem que estar articulado com ele. Depois, houve uma mudança geracional. Há um envelhecimento do partido neste sentido, com distanciamiento dos setores mais dinâmicos e dos setores politicamente mais combativos. Isso significa uma mudança de prática do partido. **Todo calendário do PT passou a ser expressamente um calendário institucional, eleitoral e os grupos de dinamismo do PT são as bancadas, as prefeituras, governos dos estados. Houve um acoplamento aí com setores institucionais até o ponto em que, de repente, se descobriu que os máximos dirigentes do PT eram pessoas tão desconhecidas.** Ninguém sabia quem era Silvinho, alguns podiam saber, mas só quem tem o pé na cozinha. O secretário-geral do PT, quando o partido ganhou sua mais importante eleição na história – a de Presidente da República do Brasil – não era só uma pessoa desconhecida; mas uma pessoa que aparentemente não tem trajetória, nem de debate, nem de prática, nem de enredamento social, e assim toda a equipe. Ou seja, o partido tinha se esvaziado, tanto em relação à prática social, à militância, aos vínculos sociais, quanto à luta política, ideológica. O PT deixou de ter – não sei se chegou a ter, teve um pouco mais do que todas as experiências de partidos de esquerda anteriores – a análise de

conjuntura, a formação política, a imprensa, o debate intelectual, tudo isso ficou para trás.

A figura de José Dirceu significa a construção do aparelho, com base no qual foi dada a vitória, ele mesmo sem perspectiva de disputar a hegemonia, mas com uma estrutura muito forte, grandes aparelhos, em todos os estados. Você ia dar uma palestra num estado mais distante, e lá tinham os anônimos secretários-gerais, ou seja, uma estrutura em escala nacional, reproduzindo quadros assim. Não acredito, sinceramente, que estejam envolvidos em negociações, mas são caras de aparatos mesmo. Acho que isso fez o PT ficar esvaziado em termos de conteúdo e, por trás disso, o refluxo dos movimentos sociais, que foram golpeados durante oito anos, com o enfraquecimento do movimento sindical, a criminalização dos movimentos, em um ambiente de despolitização, de derrota da esquerda. O momento que deu a vitória ao Lula não tem nada a ver com a da vitória do Allende, auge de uma mobilização popular prévia. Com Lula, ao contrário. Todo mundo sabe que foi muito mais a vitória dele do que do PT, como partido, o que deu autonomia a ele para esta relação com o capital financeiro. Agora, tem vários condimentos que o diferenciam do governo de Fernando Henrique. Tudo que mudou é o que tem de melhor, política externa, cultural, educacional, política social. Há uma linha de que com este modelo econômico não dá para fazer política social. Durante três anos foi a ditadura do contingenciamento de recursos, foi o Palocci, que como primeiro ministro decidia tudo, opinava sobre tudo, condicionando o discurso do Lula, aquele discurso de classe média paulista, discurso desmobilizador, do senso comum, e isso foi a tônica do primeiro governo.

Na próxima edição, Emir Sader fala da necessidade de organização das amplas massas empobrecidas, dos desafios e dilemas da esquerda, da mídia e de seu papel político e eleitoral e da condenação dele pela Justiça.



CED - CENTRO DE ESTUDOS
PARA O DESENVOLVIMENTO

Pensando o Brasil

**Vulnerabilidade
Externa e
Desenvolvimento**

Não se faz desenvolvimento com retórica

Publicamos, a seguir, uma edição resumida da palestra do professor Reinaldo Gonçalves, no seminário Pensando o Brasil. Lida conjuntamente com a do economista João Sicsú, oferecem, ambas, um diagnóstico sobre a situação da economia brasileira, acompanhado de propostas de caminhos que superem entraves e vulnerabilidades para uma efetiva e sustentada retomada do crescimento econômico.

■ Reinaldo Gonçalves
Professor da UFRJ.

Nosso tema será dividido em três partes: a vulnerabilidade externa como uma visão do desenvolvimento; a enorme vulnerabilidade externa do Brasil; e a terceira é a tendência de piora na vulnerabilidade externa.

O primeiro argumento é o da vulnerabilidade externa como condição para o desenvolvimento. A primeira pergunta que se faz é “o que é vulnerabilidade externa”? É a capacidade de um país de resistir a fatores desestabilizadores e choques externos, fenômenos que impactam e que o país pode ou não resistir, com maior ou menor capacidade. Esse conceito de vulnerabilidade – que é desprezado – é absolutamente fundamental para entendermos a realidade brasileira. O Brasil é um país marcado por uma enorme vulnerabilidade externa. Na verdade, é um país que tem um poder, em potencial, muito

grande, mas ao mesmo tempo tem uma baixa capacidade de resistir às pressões, aos fatores desestabilizadores e aos choques externos.

Ou seja, o Brasil tem um poder potencial, mas ao mesmo tempo o poder efetivo dele, que é a contrapartida da vulnerabilidade, esse poder é muito baixo no cenário internacional. Isso tem, historicamente, criado problemas, no sentido de que a principal restrição ao processo de desenvolvimento econômico do Brasil, ao longo da sua história, tem sido a questão da inserção do país no sistema internacional. À medida que o Brasil tem uma enorme vulnerabilidade externa, a questão das suas relações internacionais é absolutamente determinante no processo de desenvolvimento do país.

Não há nenhuma crise política, econômica, social e institucional, no Brasil, que não tenha sido precedida por uma crise de balanço de pagamentos, que deriva da nossa vulnerabilidade externa. Se olharmos os pontos de conexão do



Brasil, vamos observar que esses pontos foram precedidos, seja no início do século, na crise do café, ou mais recentemente, nos anos 80, com a crise da dívida externa ou com a crise do petróleo. O Brasil é um país que sofre de uma forma muito evidente, muito impactante, os efeitos dessa oscilação internacional. Então, o processo brasileiro depende de como nós conseguimos reagir ao que acontece no mundo.

Hiato de poder

O Brasil, apesar de contar com potencial de poder muito grande, é um país que tem enorme vulnerabilidade externa. Há, portanto, uma diferença muito grande entre o que o Brasil pode ser e o que o Brasil é. Isso é o que se chama “hiato de poder”. O Brasil podia ser e ter uma dimensão internacional extraordinária, mas ele é um país muito fraco, do ponto de vista da sua inserção internacional, e isso é um dilema porque é a realidade do Brasil. Boa parte dos países não tem um potencial de poder expressivo e também não tem poder efetivo no mundo, mas o Brasil tem um enorme poder potencial e, ao mesmo tempo, uma enorme vulnerabilidade. Por isso, a diferença entre o que ele pode ser e o que é ser muito grande.

Basicamente, todas as relações

econômicas internacionais de um país dependem e passam pela esfera comercial, produtiva, tecnológica e monetária. O Brasil ao mesmo tempo em que tem potencial muito grande tem um índice de vulnerabilidade muito elevado. É a mesma coisa daquele estudante que tem um potencial para tirar nota nove na escola, mas ele por alguma razão tira quatro. A diferença entre o que ele pode ser e o que é, é o “hiato de poder”. E isso é exatamente o que estamos discutindo, pois sabemos que o Brasil seria o nosso aluno nota nove, mas ele está com desempenho abaixo do esperado.

Na escola, a gente ouvia os versos do Gonçalves Dias, dizendo que “nosso céu tem mais estrelas” e isso não é pouca coisa! Um pintor baiano de muito talento disse que “O Brasil não é um país. O Brasil é um exagero”. Isso expressa na realidade a idéia de que a base de poder do Brasil é grande. Calculando essas variáveis, a gente descobre que o Brasil é o quinto país no mundo com o maior poder potencial. Ou seja, na frente do Brasil tem a China, os EUA, a Índia e a Rússia. Em síntese, o Brasil podia ser o quinto país mais importante do mundo; o problema é que ele não é.

A vulnerabilidade externa é um indicador que tem a ver com as nossas importações e exporta-

ções de bens e serviços, e o Brasil tem uma posição razoável. Em 113 países, o Brasil está em uma posição de vulnerabilidade 49. O país mais vulnerável é a Nicarágua, em termos produtivo/tecnológico, e o mais vulnerável em termos comerciais é o Arzerbaijão. Na esfera monetária/financeira, o problema do Brasil fica absolutamente grave e evidente: é o sétimo país do mundo com maior vulnerabilidade externa na esfera monetária/financeira internacional. Ou seja, **a dependência dos capitais internacionais torna o Brasil um dos países mais vulneráveis do mundo. Pior que o Brasil só há seis países.**

Quando tomamos a média dos três índices de vulnerabilidade, descobrimos que o Brasil é o 17º país com maior vulnerabilidade do mundo. Qual o nosso problema? Somos o quinto país com maior poder potencial do mundo e, em compensação, somos o 17º mais vulnerável do mundo. Sendo o quinto e o 17º, a diferença é muito grande entre o que podemos ser e o que somos, o que é angustiante.

Dependência e competitividade

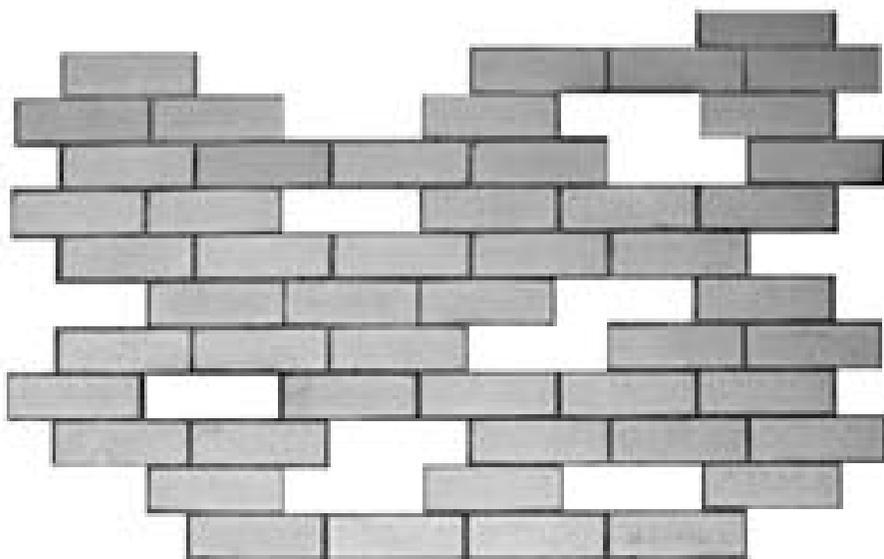
A grande fragilidade do Brasil é a monetária/financeira internacional, depois a produtiva, tecnológica e comercial. Em síntese, o Brasil é um país com grande poder potencial, mas ele tem uma enorme vulnerabilidade, portanto, ele tem baixo poder efetivo e ao mesmo tempo tem o maior “hiato de poder” do mundo. Contrariamente ao que o Governo Lula tem dito, o Brasil, nos últimos anos, apesar de um quadro internacional favorável, não está ficando menos vulnerável. Pelo contrário, está ficando mais vulnerável. Ou seja, o Brasil está ficando ca-

da vez mais fraco, em termos da sua inserção no sistema econômico internacional. O que se observa é que só 17 países pequenos, pobres e fracos têm vulnerabilidade maior do que o Brasil.

O Governo Lula está dizendo que está reduzindo a vulnerabilidade externa do país. Mas diz isso, pegando alguns indicadores convencionais como, por exemplo, os juros sobre as exportações. Se compararmos com o governo de FHC, vamos observar que de fato o governo tem certa razão. Por exemplo, a relação juros/exportações reduziu no Governo Lula, comparativamente a FHC. Ou seja, como as exportações cresceram este é um indicador de que tem havido redução da vulnerabilidade externa.

O segundo indicador é o saldo de transações correntes do balanço de pagamento. Esse saldo, que era negativo no governo de FHC, ficou ligeiramente positivo, na média, no Governo Lula. Se olharmos esses dois indicadores, podemos dizer que estamos ficando menos vulneráveis, só que isso é se como estivéssemos fazendo um *check-up* e aparecem dois ou três indicadores em que estamos muito bem, mas em compensação tem outros indicadores que estão mal.

Um outro indicador que o Governo Lula apresenta é o da relação dívida externa/exportação. Ele mostra que ela caiu em seu governo. Mas quando a gente pega outro indicador econômico, trivial, que é o chamado “indicador de reserva sobre importações”, a gente vai descobrir que a coisa já começa a ficar mais complicada. Ou seja, já tenho aí um outro indicador que mostra que o desempenho do Governo Lula, em termos de vulnerabilidade externa, é pior do que o de FHC. Há que se ver também de quanto a renda do país depende do mundo. Por exemplo, R\$ 1 mil de renda, no Brasil, se depender pouco do



Mostrando só que é positivo

mundo, é pouco vulnerável. Agora, se para tirar R\$ 1 mil depender significativamente do mundo, passa a ter uma dependência maior.

Isso é perigoso porque, dependendo do que acontecer no mundo, se pode sofrer pressões. Se decomposermos o crescimento da renda brasileira, que no Governo Lula tem sido tão medíocre quanto no Governo FHC, observaremos – só para chamar a atenção – que o crescimento médio da renda no FHC foi de 2,3%. No Governo Lula fica, hoje, em torno 2,55%. Ou seja, ligeiramente maior que o Governo FHC. No Governo Lula, estamos dependendo muito mais do mundo para gerar a nossa renda do que antes. Portanto, estamos muito mais dependentes do mundo, muito mais vulneráveis do ponto de vista produtivo real da economia brasileira.

O próximo indicador que a gente tem que ver é a situação de competitividade internacional do Brasil. Dos 117 países, o Brasil ocupa a posição número 57. Se pegarmos o indicador da macroeconomia, estamos na posição 91, pior do que nós só 26 países. Estamos entre os piores desempenhos do ponto de vista da macroeconomia, havendo outros também, como a educação superior, saúde, tecnologia etc. No Governo Lula isso vem piorando mais. Comparando Lula com FHC, se observa que o Brasil está perdendo uma competitividade sistêmica. O Governo Lula diz também que está reduzindo a dívida externa, e parte dela foi reduzida por causa do dólar barato. Agora, em termos absolutos, ela continua maior no Governo Lula do que no último ano de FHC.

Segundo o governo, a situação do Brasil está melhorando porque o risco do país está diminuindo e é verdade, só que o risco Brasil está diminuindo, mas o risco-país do mundo está diminuindo também, por causa do excesso de dinheiro, excesso de liquidez internacional. Quando a gente subtrai o risco do mundo do risco Brasil, a gente vai observar a diferença entre nós e a média dos países emergentes. Vamos observar que a situação do Brasil não é a melhor, o que mostra como estamos vulneráveis.

A balança comercial brasileira melhorou, no Governo Lula, com relação à importação/exportação, mas a tendência é de piorar, com a redução desse saldo. Boa parte do crescimento das nossas exportações ocorre porque os preços internacionais estão aumentando, ou seja, o mérito de estarmos exportando mais tem a ver com os preços internacionais, que estão em uma conjuntura muito favorável. Só que esses preços são muito voláteis. Os preços internacionais subiram muito no início do governo, mas não estão se estabilizando e corre-se o risco de despencarem. A previsão que se tem de saldo da balança comercial, para 2007, é de uma queda. A situação tende a ser pior do que é hoje. A nossa vulnerabilidade na esfera comercial está sendo ampliada, à medida que o Brasil fica cada vez mais dependente da exportação de produtos agrícolas – soja, suco de laranja, frango etc.

O Brasil está voltando ao passado, com uma economia que passa a depender mais de produtos primários, que têm enorme volatilidade de preços e maior concorrência etc. À medida que o Brasil é bem sucedido em produtos agrícolas e *commodities*, ele está criando uma armadilha para

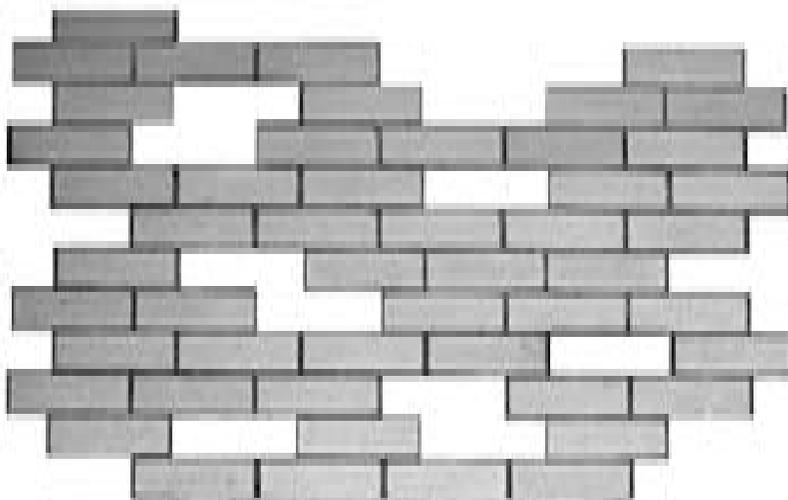
si próprio. Outro aspecto importante é que no momento em que os preços das *commodities* sobem, está decrescendo a taxa de câmbio. A taxa de câmbio quando cai, tende a gerar uma importação e isso significa deixar de produzir coisas no Brasil, ou seja, mais desemprego e menos renda no país. Observa que é uma relação muito forte entre o crescimento do preço das *commodities* e a queda da taxa de câmbio. E o governo, passivamente, permite esse tipo de comportamento. Tem uma série de outros indicadores que apontam que estamos mal.

O que o governo está fazendo é apenas mostrar os indicadores que são positivos, mas a maior parte mostra uma situação de grande

vulnerabilidade. A situação se agrava quando o governo toma medidas importantes como, por exemplo, a parceria público/privada, que significa trazer empresas estrangeiras para o Brasil para setores de infra-estrutura, que não têm uma produção para fora, mas a remessa de capital será em dólar. E o Governo Lula está apostando nesse tipo de coisa que vai comprometer as nossas contas externas.

E como resolver esse problema? Mostramos aqui que o Governo Lula é responsável por um país mais vulnerável, externamente. O Brasil está mais frágil e se é assim, a posição de ficarmos desenvolvido vai diminuindo, e estamos cada vez com menos condições de desenvolvimento. Não é por outra razão que estamos crescendo apenas 2,6%, nesses quatro anos de Governo Lula. O Brasil está cada vez mais subdesenvolvido.

O que podemos fazer? Primeiro, mudar fundamentalmente as diretrizes da política. Temos que focar a questão da vulnerabilidade externa de forma séria e não de forma retórica, e com uma estratégia específica na esfera comercial, produtiva real, monetária/financeira e na esfera tecnológica. Não se faz desenvolvimento com retórica e, sim, com estratégias precisas e inteligentes. É mudar essas políticas para que o Brasil consiga na frente ser menos vulnerável. Somente sendo menos vulnerável, ele vai conseguir transformar aquela base individual de poder em poder efetivo. É ter uma estratégia focada no maior controle de capitais. O Brasil não deve focar em produtos agrícolas, e deve ter uma política de fortalecimento do sistema nacional, inclusive, usando de forma independente as suas empresas estatais que têm ciência dos seus deveres.



Sonho
realizado em
1 minuto?

Crédito **minuto**

 **Banrisul**
www.banrisul.com.br

Orçamento do Rio para 2007: cultura terá menos 60%

■ Em continuidade à análise da proposta orçamentária para 2007, o enfoque deste mês é sobre as funções governamentais. Dado que as ações governamentais são representadas por instrumento de programação orçamentária, denominados Função, Subfunção, Programa, Projeto e Atividade, a função governamental é o mais alto nível de programação orçamentária, em que se identificam os objetivos gerais da administração pública.

Assim sendo, o peso relativo combinado com o crescimento em relação ao exercício anterior espelha a priorização, no sentido amplo, do governante. Tendo como base o crescimento de 7,13%, entre o orçado para 2006 e o previsto para 2007, dividimos a tabela em três blocos para refletir as alterações entre as 22 funções. O primeiro refere-se às funções que tiveram um crescimento maior que o total; o segundo, às funções que cresceram, em relação

ao exercício de 2006, mas em nível menor que o total; e o último é o das que tiveram redução de dotações.

Habitação

É com satisfação o registro de que o maior crescimento foi em habitação, quase 150%, porém seu peso na distribuição dos recursos orçamentários continua pequeno (2,52%). O debate sobre a favelização da cidade foi reativado, no segundo semestre do ano passado, e, no *JE* de outubro/2005, alertávamos para a redução de recursos para esta função vital. Cabe destacar que cerca de R\$ 160 milhões, dos R\$ 255 milhões programados, são oriundos de operações de crédito do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Saúde

Com um acréscimo de 32%, a saúde passa a ser a segunda maior função no orçamento/2007, com quase 18% do total (a primeira é a

Previdência Social). Acreditamos que tal progresso seja uma resposta ao desgaste da administração municipal, ocasionado pela intervenção federal, em março de 2005. A elevação da previsão dos gastos somada à recente notícia do retorno da gestão plena do SUS ao município carioca propiciarão uma grande disponibilidade de recursos. Não sabemos, ainda, se será suficiente para resolver os gravíssimos problemas da área, mas certamente serão necessários.

Saneamento

Outro crescimento positivo que se destaca é o da função saneamento, de 28%. Sem dúvida, uma das funções mais importantes para a melhoria da qualidade de vida da população. Contudo, contraditoriamente, a tradição dos governantes brasileiros é de relegá-la ao segundo plano. A comprovação dessa realidade pode ser medida pelo peso da função

no orçamento/2007: menos de 2%, a despeito do crescimento verificado.

Cultura

A função de maior decréscimo foi a da cultura, de 60%. Numa cidade que se orgulha de ostentar o título de capital cultural do país, tal involução é um contra-senso. Não encontramos explicação plausível, e especulamos que seja pela retirada da participação do poder público em favor dos agentes privados ou por uma crise financeira, nos cofres municipais.

Assistência Social

Não obstante a notícia de que quase dois mil cidadãos e cidadãs dormem nas ruas do Rio, a função que cuida da parcela da população mais marginalizada e desprovida de sustentabilidade tem um corte de 19% em seu orçamento, fazendo que seu peso decaia para menos de 3%. É uma insensibilidade social.

Desporto e Lazer

No ano dos Jogos Pan-americanos de 2007, constataríamos a redução de 18% no orçamento destinado ao desporto e lazer é, no mínimo, um despropósito. Tal qual a cultura, a cidade do Rio de Janeiro tem uma vocação natural para a prática do esporte. Como explicar, então, a redução durante a realização do maior evento esportivo dessa cidade, nos últimos 50 anos? Conforme explicitado em edições anteriores, as intervenções públicas para a realização dos jogos não visam o desenvolvimento esportivo em nossa cidade e, sim, a mera promoção de atividades comerciais de interesses privados.

Dívida Pública

Por fim, observamos, com prazer, a manutenção do mesmo valor destinado em 2006 (R\$ 863 milhões) para o pagamento da Dívida Pública, em 2007 (R\$ 862 milhões). Essa estagnação está retratada na pequena redução da função encargos especiais (-0,52%). Ainda assim, o peso desse pagamento alcança 8,5% de todo orçamento/2007.

FUNÇÃO GOVERNAMENTAL	LOA 2006	PLOA 2007	PLOA 2007 / LOA 2006
HABITAÇÃO	103.252.781	255.932.395	147,87%
SAÚDE	1.363.571.454	1.795.690.263	31,69%
SANEAMENTO	145.419.617	185.570.692	27,61%
ADMINISTRAÇÃO	627.383.145	735.190.321	17,18%
TRANSPORTE	109.274.653	127.761.111	16,92%
TRABALHO	9.423.381	10.670.925	13,24%
SEGURANÇA PÚBLICA	149.936.632	166.430.436	11,00%
Total=>	9.475.903.633	10.151.718.120	7,13%
LEGISLATIVA	352.835.308	376.568.678	6,73%
JUDICIÁRIA	49.279.459	52.125.311	5,77%
COMÉRCIO E SERVIÇOS	61.287.295	63.907.720	4,28%
PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.034.737.499	2.117.682.000	4,08%
EDUCAÇÃO	1.742.849.113	1.778.025.831	2,02%
URBANISMO	839.912.217	836.024.493	-0,46%
ENCARGOS ESPECIAIS	909.221.310	904.469.730	-0,52%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	16.762.959	16.140.000	-3,72%
GESTÃO AMBIENTAL	144.698.350	129.068.194	-10,80%
DESPORTO E LAZER	334.357.467	272.757.324	-18,42%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	323.806.004	260.699.125	-19,49%
INDÚSTRIA	9.750.176	7.485.584	-23,23%
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	2.444.799	1.508.060	-38,32%
CULTURA	145.190.014	58.009.927	-60,05%
DIREITOS DA CIDADANIA	510.000	0	-100,00%

Mestrado em Economia

Curso da Anpec começa em janeiro

Terá início em 8 de janeiro o Curso de Aperfeiçoamento em Economia: preparatório para o exame da Anpec, a Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia. O curso é promovido pelo Corecon-RJ há quatro anos consecutivos, face o seu sucesso e a grande procura. A carga horária é de 620 horas e é fornecida apostila em CD-Rom, com certificado de conclusão para quem tiver 75% ou mais de frequência. O curso vai até 29 de setembro, com aulas de segunda a sábado.

O objetivo do Curso da Anpec é atualizar os conhecimentos dos economistas ou fornecê-los para

os profissionais de outras áreas, que almejam ingressar nos cursos de Mestrado em Economia, oferecidos pelos centros acadêmicos que compõem a Anpec. O curso começa em janeiro com aulas de Matemática, às segundas e quartas, de 18h às 22h.

A partir de março, as aulas serão diárias, de Matemática, Estatística, Macro e Microeconomia. Neste mês, Estatística terá aulas dois dias na semana. Ainda em março, para que se cumpra a carga horária necessária para dar conta do programa exigido para a prova da Anpec, haverá aulas aos sábados, pela manhã, a cada quinzena. Em abril, com a entra-

da de Economia Brasileira, cada dia da semana será dedicado a uma disciplina.

As salas de aula dos cursos oferecidos pelo Conselho ficam no 16º andar da sede, na avenida Rio Branco, 109, no Centro do Rio. São amplas, refrigeradas e com, no máximo, 40 alunos em sala, o que facilita a interação e boa proximidade com o professor. Os alunos têm ainda acesso livre a empréstimos de livros e publicações do acervo da Biblioteca Eginardo Pires, mantida pelo Corecon-RJ.

Mais informações, visite a página www.economistas.org.br.



30 anos de CPDA na Rural

O Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, mais conhecido pelas siglas CPDA/UFRRJ, realizou no final de novembro, o seminário "Dialogando entre as Ciências Sociais: Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade", em comemoração aos seus 30 anos de existência.

Trata-se de um programa interdisciplinar de ensino, pesquisa e intercâmbio em Ciências Sociais aplicadas ao conhecimento do meio rural e da vida rural. A partir de 1977 foi criado o curso de Mestrado e, em 1995, o de Doutorado. O curso já tituló cerca de 300 mestres e mais de 40 doutores, estando para ser criado o Pós-Doutorado.

Considerado Centro de Excelência, o CPDA é reconhecido internacionalmente e participa de diversas atividades de intercâmbio.

O endereço na internet é www.ufrrj.br/cpda.

União, igualdade e responsabilidade.
Nossa receita de sucesso.

Descontos especiais para associados da CORECON/RJ

MATRÍCULAS ABERTAS

Da creche ao vestibular



Nova unidade Recreio

Santa Mônica
Centro Educacional
DIREÇÃO ALBANO PARENTE

Há 40 anos formando cidadãos para um mundo melhor.

Barra • Bento Ribeiro • Campo Grande • Cascadura
Freguesia • JPA • Ilha • J. Guanabara • Madureira
Maricá • Santa Cruz

www.santamonice.com.br

0800 703 2400